

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESTADO DO TOCANTINS

THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICIES IN THE CONTEXT OF INCLUSIVE EDUCATION IN THE STATE OF TOCANTINS

Dalva Ferreira Reis Milhomem **1**
Maxwell Diógenes Bandeira de Melo **2**

Resumo: A educação inclusiva se configura como um direito universal para todos, independentemente de suas diferenças. No Brasil, diversas políticas públicas foram implementadas para garantir a inclusão no ensino, com o objetivo de promover a equidade e a qualidade educacional. O Estado do Tocantins não é exceção, e este estudo visa analisar a efetividade das políticas públicas voltadas à educação inclusiva no contexto local.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Políticas Públicas. Efetividade.

Abstract: Inclusive education is a fundamental right for all students, regardless of their differences. In Brazil, several public policies were implemented to guarantee inclusion in education, with the aim of promoting equity and educational quality. The State of Tocantins is no exception, and this study aims to analyze the effectiveness of public policies aimed at inclusive education in the local context.

Keywords: Inclusive Education. Public Policy. Effectiveness.

-
- 1** Mestranda do Programa de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação- UFT/TO, Especialista em Gestão Pública pela Unitins- Universidade Estadual do Tocantins, Especialista em Direito Pública, administrativo e Constitucional, pela Unitins, Graduada em Administração pela Unicatolica-TO, atualmente professora tutora Ead do Projeto TO Graduado da Unitins, e servidora Unitins. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1298288736381703>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8384-2796>. E-mail: reis.milhomem@gmail.com
 - 2** Coordenador e Professor de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação- PROFNIT UFT/TO (UFT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5519-8614>. E-mail: maxwellmelo@uft.edu.br

Introdução

A inclusão educacional é um tema de suma importância para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. No estado do Tocantins, a implementação de políticas de inclusão tem sido objeto de diversos estudos, que buscam entender como essas políticas se refletem na prática e quais são os resultados obtidos. Neste ensaio, analisaremos gráficos que ilustram dados sobre a educação inclusiva no Tocantins, buscando compreender os avanços e desafios enfrentados.

No contexto específico do Estado do Tocantins, a efetividade das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva é uma questão de interesse, pois influencia diretamente o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência e outras condições especiais nas escolas. Neste estudo, realizou-se uma pesquisa sobre a efetividade das políticas públicas de educação inclusiva no Estado do Tocantins. Para tanto, foi realizado um levantamento e análise das pesquisas, programas e ações desenvolvidas nessa área, com o objetivo de compreender como essas políticas têm sido implementadas e qual seu impacto na promoção da inclusão educacional.

O referencial teórico deste estudo será baseado em uma revisão da literatura acadêmica que aborda temas relacionados à educação inclusiva, políticas públicas educacionais, e especificamente, a realidade do Estado do Tocantins nesse contexto. Serão considerados autores e teorias que discutem a importância da inclusão, os desafios enfrentados na implementação de políticas inclusivas e os indicadores de efetividade dessas políticas. Além disso, será fundamental também analisar a legislação nacional e estadual que orienta as políticas de educação inclusiva no Tocantins, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, entre outras normativas específicas do estado.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho será uma pesquisa bibliográfica que envolve uma revisão abrangente e a síntese das pesquisas mais recentes e relevantes em um campo específico. Isso inclui a compreensão das principais tendências, avanços, desafios e lacunas no conhecimento. Analisar e avaliar uma ampla gama de trabalhos acadêmicos, publicações, projetos e informações relevantes para identificar o cenário atual e as áreas que ainda carecem de exploração. O interesse em abordar neste trabalho deve-se às discussões sobre quais as contribuições que esse método traz para a educação inclusiva.

Segundo Ferreira (2002) trabalhos de pesquisas instituíram a criação de uma imagem panorâmica das pesquisas de temas específicos.

Fontes de dados

Bases de dados acadêmicos, documentos governamentais, relatórios de órgãos oficiais, artigos científicos, livros e publicações relacionadas à educação inclusiva no Tocantins.

Critérios de seleção

Seleção de trabalhos e documentos relevantes que abordam o tema de forma atualizada e consistente.

Na exploratória conhecer e compreender a formação de professores quanto a educação especial inclusiva, com o objetivo de identificar as propostas das políticas públicas na formação dos professores.

Descritivo compreenderá o estudo para se ter uma melhor compreensão dos fatores que influenciam nas políticas públicas e sociais do ensino aprendizagem na educação inclusiva. (Marconi; Lakatos, 2002, p. 16).

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Art. 205. "A educação, direito de todos e dever

do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2016, p. 123).

O Artigo 211 da Constituição Federal determina que a organização dos sistemas de ensino será feita em colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Brasil, 2016). Isso significa que os municípios atuarão prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.

Não há uma resposta definitiva sobre “a melhor forma de educar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais” (Dias *et al.*, 2023, p. 65), as abordagens variam desde a inclusão total, que propõe a educação de todos os alunos exclusivamente na classe regular, até a ideia de que a diversidade de características exige uma variedade de opções, incluindo classes especiais em escolas públicas e escolas especiais.

A inclusão ajuda a combater o estigma e os estereótipos associados a certas deficiências ou diferenças. Quando as crianças convivem com colegas que têm necessidades especiais, elas são mais propensas a compreender e aceitar as diferenças sem preconceitos. Ao frequentar escolas comuns, às crianças com deficiências ou diferenças têm a oportunidade de se integrarem mais plenamente em suas comunidades locais, o que contribui para uma sociedade mais coesa. Vejamos:

Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais (Mantoan, 2003, p. 18).

Para Dias e Matos (2012, p. 63),

políticas públicas, primeiramente, são desenhadas e formuladas, em seguida, desdobram-se em planos, programas, projetos, base de dados ou sistema de informação e pesquisas, e quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

O Plano Estadual de Educação do Estado do Tocantins (2015-2025), aprovado em 8 de julho de 2015 e instituído pela Lei nº 2.977/2015, estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no estado do Tocantins ao longo de um período de dez anos. Este plano alinha-se ao Plano Nacional de Educação (PNE) e visa garantir o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos tocaninenses. O Plano Estadual de Educação do Tocantins 2015-2025 é um documento estratégico que busca assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos os habitantes do estado (Tocantins, 2015).

O Estado do Tocantins tem suas diretivas Legislativas do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, uma vez que o Estado deve seguir o mínimo estabelecido pela lei, e decidir o menor e ampliar outras ações. Como afirma:

Criou-se a Gerência de Educação Especial, pertencente à Superintendência de Desenvolvimento da Educação, tendo por atribuição oferecer acompanhamento a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, no âmbito político, pedagógico e administrativo (Capuzzo *et al.*, 2019, p. 43 *apud* Fonsêca; Matos, 2023, p. 554).

Com a responsabilidade de acompanhar a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, tanto em aspectos políticos, quanto pedagógicos e administrativos.

É possível acompanhar anualmente indicadores cruciais na área da educação especial, como acesso à educação básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta de atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares, e a presença de alunos com necessidades educacionais especiais em municípios e escolas.

O Censo Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de educação básica, acompanha, na educação especial, indicadores de acesso à educação básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares e o número de municípios e de escolas com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais (Súmula, 2008, p. 270-271).

O Censo Escolar, realizado anualmente pelo MEC e INEP, monitora diversos indicadores na educação especial, incluindo o acesso à educação básica, a matrícula na rede pública, a inclusão em classes comuns, a oferta de atendimento educacional especializado, a acessibilidade nas escolas e o número de municípios e escolas com alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme os gráficos abaixo:

O Gráfico 1 que analisamos apresenta uma visão abrangente do percentual de docentes com formação continuada no estado do Tocantins entre os anos de 2016 e 2021. Essa análise é crucial para entendermos o desenvolvimento profissional dos professores ao longo dos últimos anos e identificarmos possíveis tendências e áreas que necessitam de mais atenção.

Nos últimos cinco anos, observa-se um crescimento contínuo no percentual de docentes que participam de programas de formação continuada. Esse aumento pode ser atribuído a diversas iniciativas governamentais e institucionais que visam a capacitação dos professores, reconhecendo a importância da atualização constante no ambiente educacional.

No gráfico 01 apresentado ilustra a evolução do percentual de docentes com formação continuada no estado de Tocantins, ao longo do período de 2016 a 2021. A análise dos dados revela tendências importantes no desenvolvimento profissional dos educadores.

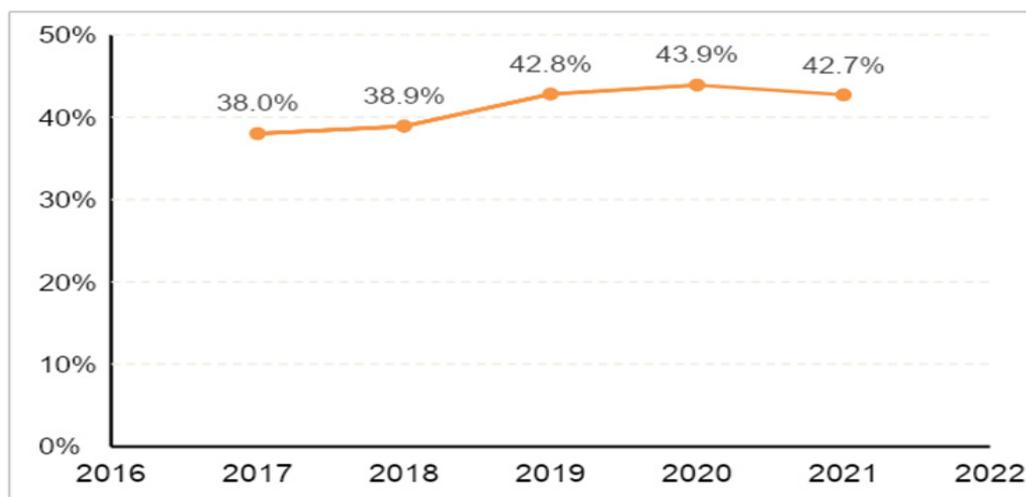
Em 2016, 38,0% dos docentes do Tocantins possuíam formação continuada. Este percentual representava um ponto de partida significativo, mas demonstrava a necessidade de maior investimento na capacitação contínua dos professores. No ano seguinte, 2017, o percentual permaneceu o mesmo, com 38,0% dos docentes participando de programas de formação continuada, mostrando uma estabilidade inicial.

Em 2018, houve um leve aumento, com 38,9% dos docentes envolvidos em programas de formação continuada. Este crescimento, embora modesto, indicava um movimento positivo na valorização da educação continuada. Em 2019, o percentual de docentes com formação continuada teve um salto considerável, atingindo 42,8%. Este aumento de quase quatro pontos percentuais refletia um esforço mais robusto por parte das instituições educacionais e do governo estadual em promover a qualificação dos professores.

O ano de 2020 consolidou essa tendência de crescimento, com o percentual chegando a 43,9%. Este foi o ponto mais alto no período analisado, sugerindo que as iniciativas para a formação continuada estavam alcançando um número crescente de educadores. No entanto, em 2021, houve uma ligeira queda no percentual, que recuou para 42,7%. Apesar dessa redução, o valor ainda se mantinha significativamente acima dos níveis de 2016 a 2018, mostrando que a formação continuada continuava a ser uma prioridade, mesmo diante de possíveis desafios enfrentados durante o ano.

Esses dados são fundamentais para entender o panorama da educação em Tocantins, destacando a importância da formação continuada como ferramenta para o aprimoramento da qualidade do ensino. A capacitação dos docentes é essencial para enfrentar os desafios educativos contemporâneos e garantir um ensino de excelência para os estudantes.

Gráfico 1. Percentual de Docentes com Formação Continuada - Tocantins – 2016- 2022



Fonte: Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2022).

Ao analisar a evolução do número de docentes por etapa de ensino no estado do Tocantins entre os anos de 2016 e 2022, é possível observar tendências significativas que refletem tanto as mudanças nas políticas educacionais quanto às demandas, houve uma queda no número de docentes de 2016 a 2022.

No gráfico 02 nos mostra a trajetória do percentual de docentes que participaram de formação continuada no estado do Tocantins, no período de 2016 a 2022. Os dados foram coletados pelo Deed/Inep com base no Censo Escolar da Educação Básica de 2022, proporcionando uma visão abrangente sobre o investimento na qualificação dos professores na região.

Análise dos dados por ano

2016: 38,0% dos docentes do Tocantins haviam participado de programas de formação continuada. Este ano marca o ponto de partida da análise, destacando a necessidade inicial de investimentos em qualificação profissional contínua para os educadores.

2017: O ano de 2017 viu um pequeno aumento, com 38,9% dos docentes envolvidos em formação continuada. Esse crescimento, embora modesto, sugere uma conscientização inicial sobre a importância da atualização profissional.

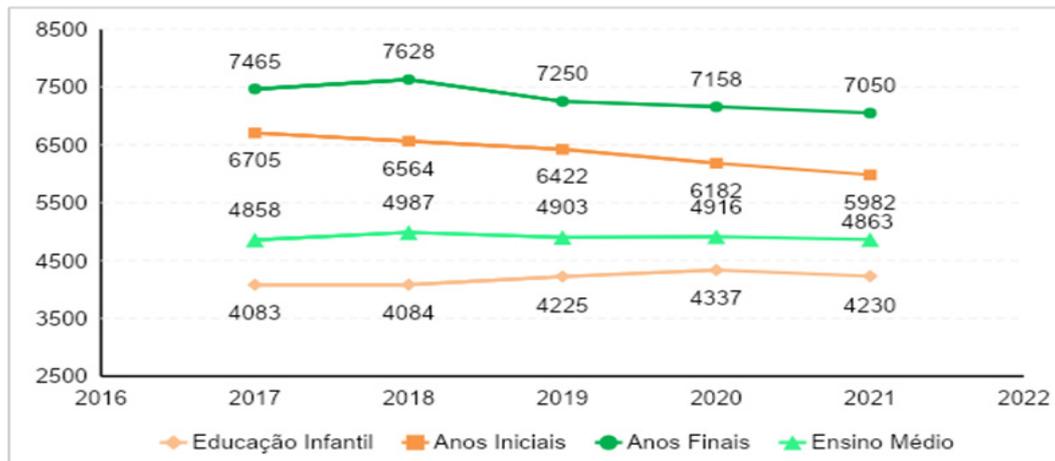
2018: Mantendo-se constante em 38,9%, o percentual de 2018 mostra estabilidade. Esse período pode ter sido de consolidação das políticas de incentivo à formação continuada implementadas anteriormente.

2019: Em 2019, o gráfico registra um crescimento significativo para 42,8%. Este aumento de quase 4 pontos percentuais indica uma expansão nos programas de formação e possivelmente uma maior adesão dos docentes às oportunidades de desenvolvimento profissional.

2020: O crescimento continua em 2020, atingindo 43,9%. Este avanço pode ser atribuído a novas iniciativas de formação continuada, possivelmente impulsionadas pela necessidade de adaptação a novas metodologias de ensino, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19.

2021: Em 2021, há uma leve queda para 42,7%. Esta redução pode estar associada a diversos fatores, incluindo desafios logísticos e financeiros enfrentados durante a pandemia, que podem ter impactado a continuidade dos programas de formação. O gráfico destaca um progresso significativo no percentual de docentes com formação continuada no Tocantins ao longo dos anos, com oscilações que refletem tanto avanços quanto desafios. Esses dados sublinham a importância de continuar investindo na qualificação dos educadores como um meio de aprimorar a qualidade da educação.

Gráfico 2. Evolução do Número de Docentes por Etapa de Ensino – Tocantins – 2016-2022



Fonte: Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2021).

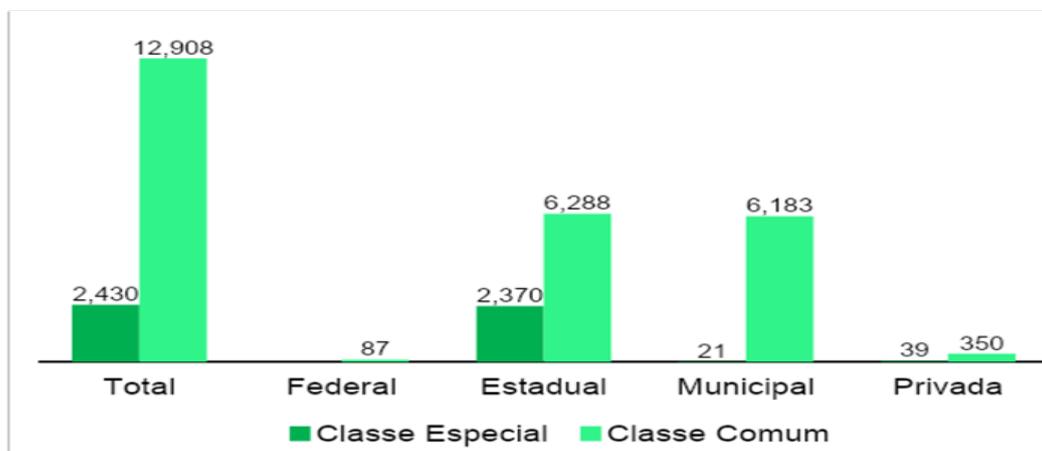
Em 2021, o estado de Tocantins apresentou dados relevantes sobre a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades nas instituições de ensino. Estes dados foram categorizados por dependência administrativa e pela modalidade de ensino, seja em classes comuns ou em classes especiais exclusivas. Rede Estadual: As escolas estaduais tiveram uma quantidade significativa de matrículas desses alunos. A maioria foi integrada em classes comuns, refletindo um esforço para promover a inclusão e a convivência desses alunos com os demais estudantes. Rede Municipal: As escolas municipais também registraram um número expressivo de matrículas, com um padrão semelhante ao das escolas estaduais, enfatizando a inclusão em classes comuns. Rede Privada: As instituições privadas mostraram um número menor de matrículas comparado às redes públicas, mas ainda assim uma proporção considerável de alunos foi incluída em classes comuns.

No Gráfico 3, que ilustra o número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, distribuídos por dependência administrativa em classes comuns e classes especiais exclusivas no Estado do Tocantins em 2021. Os dados foram obtidos através do Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e compilados pelo Deed (Departamento de Estatísticas e Avaliação Educacional).

Destaques do Gráfico

Total de 12.908 alunos matriculados em classes comuns e 2.430 em classes especiais. Rede Federal: 87 alunos em classes comuns. Rede Estadual: 6.288 alunos em classes comuns e 2.370 em classes especiais. Rede Municipal: 6.183 alunos em classes comuns e 21 em classes especiais. Rede Privada: 350 alunos em classes comuns e 39 em classes especiais. Este gráfico oferece uma visão detalhada da inclusão educacional desses alunos, destacando as diferenças nas matrículas em classes comuns e especiais. A análise desses dados é fundamental para compreender o cenário educacional atual e planejar políticas públicas mais eficazes e inclusivas no estado do Tocantins.

Gráfico 3. Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades por dependência administrativa em classes comuns e em classes especiais exclusivas – Tocantins – 2021



Fonte: Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2021).

No Gráfico 4, que apresenta o percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado (AEE)) ou classes especiais exclusivas no Tocantins, entre os anos de 2017 e 2021.

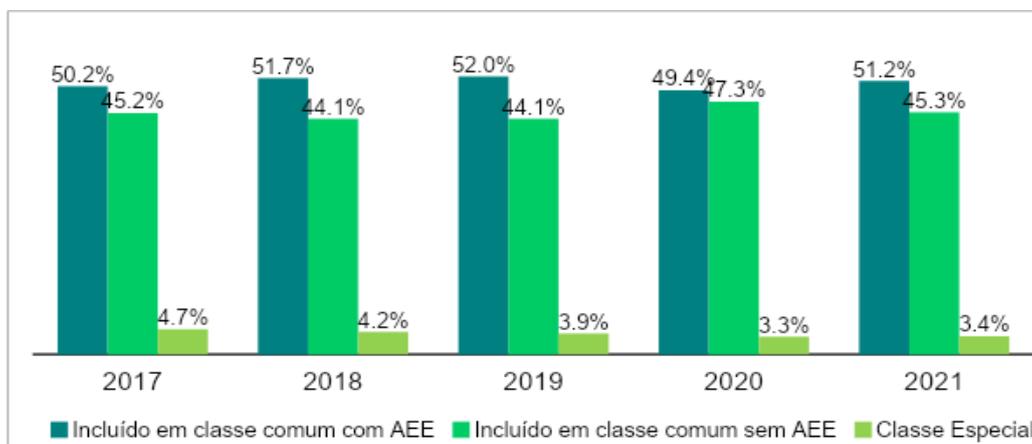
Inclusão educacional

Observamos as tendências e avanços na inclusão desses alunos em classes comuns. Dados Detalhados: O gráfico distingue entre aqueles que recebem ou não atendimento educacional especializado (AEE) e aqueles em classes especiais exclusivas. Este gráfico é essencial para entender como as políticas e práticas educacionais estão sendo implementadas e como podemos continuar a melhorar a inclusão e a qualidade da educação para todos os alunos.

O observamos as tendências e avanços na inclusão desses alunos em classes comuns. O percentual de alunos incluídos em classes comuns com AEE manteve-se estável, com uma leve variação ao longo dos anos, atingindo 51.2% em 2021.

Sem AEE: Houve uma leve diminuição de alunos em classes comuns sem AEE, de 45.2% em 2017 para 45.3% em 2021. Classes Especiais: A porcentagem de alunos em classes especiais exclusivas teve uma leve variação, mantendo-se abaixo de 5% ao longo dos anos. O Gráfico 4, que apresenta o percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado (AEE)) ou classes especiais exclusivas no Tocantins, entre os anos de 2017 e 2021. Classes Especiais: A porcentagem de alunos em classes especiais exclusivas teve uma leve variação, mantendo-se abaixo de 5% ao longo dos anos.

Gráfico 4. Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem atendimento educacional especializado (AEE) ou classes especiais exclusivas – Tocantins – 2017-2021



Fonte: Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2021).

O gráfico 05, a seguir, ilustra o aumento expressivo das matrículas desses alunos em classes comuns ou especiais exclusivas, de 2016 a 2021, destacando as diferentes etapas de ensino. A Educação Infantil registrou um aumento significativo no número de matrículas, passando de 3.728 em 2016 para 5.224 em 2021. Isso representa um aumento de 1.496 matrículas, ou 40,1%. Este crescimento reflete os esforços contínuos para garantir que as crianças mais jovens tenham acesso a um ambiente educacional inclusivo desde cedo.

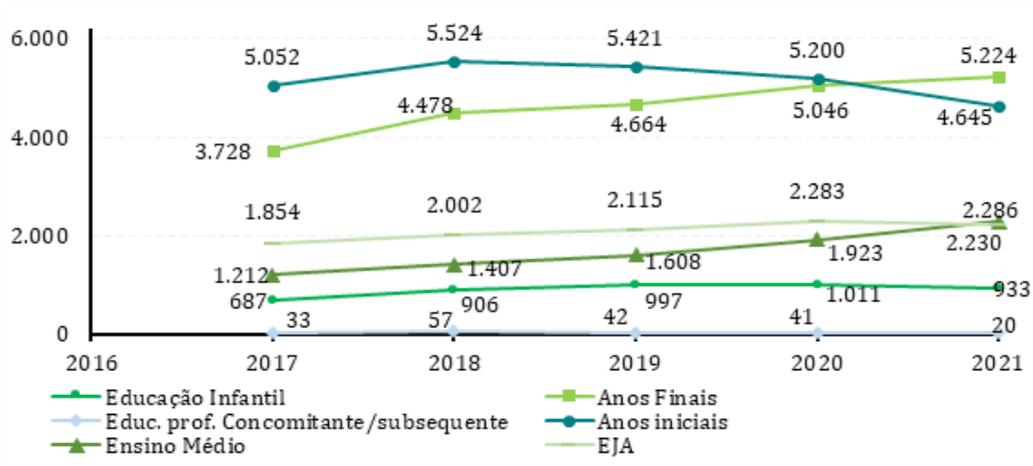
Educação Profissional Concomitante/Subsequente, as matrículas nesta modalidade apresentaram flutuações ao longo dos anos, começando com 687 em 2016 e diminuindo para 20 em 2021. Embora o número absoluto tenha diminuído, é importante considerar os contextos específicos e os desafios enfrentados neste segmento, apontando para a necessidade de estratégias específicas para melhorar a inclusão nesta área.

O Ensino Médio teve um aumento impressionante, passando de 1.212 matrículas em 2016 para 2.286 em 2021, um crescimento de 1.074 matrículas, ou 88,6%. Esse crescimento substancial indica um avanço significativo na inclusão dos alunos com necessidades especiais nesta etapa crucial da educação. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, as matrículas aumentaram de 906 em 2016 para 2.230 em 2021, representando um incremento de 1.324 matrículas, ou 146,1%. Este aumento reflete os esforços dedicados à inclusão durante os anos finais da educação básica, preparando os alunos para a transição para o ensino médio.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, houve um aumento de 997 matrículas em 2016 para 1.011 em 2020, antes de diminuir para 933 em 2021. Embora os números mostrem flutuações, o esforço contínuo para manter e melhorar a inclusão nesta fase é evidente. Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou uma diminuição nas matrículas, começando com 42 em 2016 e chegando a 20 em 2021. Esta tendência ressalta a necessidade de uma abordagem mais robusta para incluir jovens e adultos com necessidades especiais no sistema educacional.

O aumento significativo das matrículas em várias etapas do ensino é um testemunho dos esforços contínuos para criar um ambiente educacional mais inclusivo em Tocantins. Os números mostram uma trajetória ascendente em quase todas as áreas, com destaques notáveis para a Educação Infantil e o Ensino Médio, que apresentaram os maiores aumentos percentuais. Esses números representam mais do que estatísticas; eles simbolizam o progresso real e a dedicação para garantir que cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Gráfico 5. Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo a etapa de ensino – Tocantins – 2016-2021



Fonte: Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2021).

Considerações finais

No contexto pós-redemocratização do Brasil, a visão de uma educação acessível a todos é considerada uma aspiração fundamental para avançarmos em direção à igualdade social. Neste cenário, a educação é percebida como um campo de disputa constante, onde diferentes grupos lutam pelo controle. Apesar das divergências, é notável o comprometimento do Estado brasileiro, ao menos nas últimas três décadas, em seguir as diretrizes internacionais para a educação, como aquelas estabelecidas em reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU). Esses esforços visam, até 2030, alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), situando o Brasil como um participante ativo na arena global. Nesse contexto, o Estado do Tocantins tem se destacado ao implementar e adaptar as políticas educacionais federais à sua realidade local, o que reflete um alinhamento efetivo com as orientações do governo federal.

Na esfera da Educação Especial, onde a inclusão é central, observamos que o Estado direciona suas iniciativas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) através das Sala de Recursos Multifuncional (SRMF), resultando em um aumento proporcional de matrículas. No entanto, paradoxalmente, essa abordagem tem sido acompanhada por uma redução na frequência conjunta entre os sistemas de ensino regular e especial.

Sendo assim, torna-se imprescindível uma avaliação mais abrangente, pois os dados numéricos por si só não revelam a eficácia das práticas pedagógicas dos docentes nem o progresso na aprendizagem dos alunos. Será sempre importante questionar se a inclusão desses alunos está verdadeiramente em curso.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.496 p. ISBN: 978-85-7018-698-0. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 1 maio 2024.

DIAS, G. M. *et al.* Aspectos comparativos do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação do Município de Queimados, evidenciando o atendimento educacional especializado presente na meta N° 4. *In*: PÔRTO JR, Gilson; SILVA, Sinomar Soares de Carvalho (org.). **Educação**

Inclusiva: investigações sobre avanços e desafios. Palmas, TO: Observatório Edições, 2023. 61-75. ISBN 978-65-999742-4-3. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6086>. Acesso em 29 de abr. 2024.

FERREIRA, N. S. D. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, p. 257-272, 2002.

FONSÊCA, F. R. F., MATOS, E. I. Panorama da inclusão na educação básica do Tocantins. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 549–561, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i4.9239>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9239>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

SÚMULA: política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 75, p. 269-273, maio/ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000200008>.

TOCANTINS (Estado). Lei No 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins: Poder Executivo**, Palmas, TO, ano 27, n. 4.411, p. 2-22, 9 jul. 2015. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/2839/download>. Acesso em: 2 maio 2024.

Recebido em 22 de agosto de 2024
Aceito em 26 de maio de 2024